ATA Nº 04/2012

ATA DA SEGUNDO REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA TREZE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DOZE -----

Aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e doze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de Ílhavo destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 5 – Apreciação e Votação da alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais e respetiva Tabela de Taxas; -----
-

Ponto 6 - Apreciação e Votação da alteração dos Regulamentos Municipais de Ocupação do Espaço Público, Mobiliário Urbano e Publicidade; de Venda Ambulante e de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços; -----

Ponto 7 - Apreciação e Votação da alteração do Regulamento do Fórum Municipal da Juventude; -----

Ponto 8 - Apreciação e Votação do Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Ílhavo - CROACI; -----

Ponto 9 - Apreciação e Votação do Regulamento do Programa Municipal de Apoio a Associações do Município de Ílhavo. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente António Neves Vieira, pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e pela segunda secretária Maria do Rosário Silva. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Vice-Presidente Fernando Caçoilo e os Vereadores Paulo Costa, Beatriz Martins, Marcos Ré, José Vaz. Estiveram ausentes o Presidente José Ribau Esteves e o Vereador Júlio Merendeiro. -----

FALTAS: -----

Paulo Trincão, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo membro Manuel Soares. -----

Maria Fátima Bola, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Não foi substituído por nenhum outro membro. -----

Manuel Serra, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo, é substituído, pelo membro da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António Rocha. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado as faltas de Susana Diamantino, Daniel Tavares e José Loureiro e a presença de: António Neves Vieira, Carlos Sarabando, Paulo Nordeste, Maria do Rosário Silva, António Flor Agostinho, Pedro Martins, Mário Júlio Ramos, Maria de Lurdes Vieira, Mariana Franco, Pedro Parracho, António Pinho, Manuel Soares, Amantino Caçoilo, Hugo Coelho, Jorge São Marcos, Júlio Barreirinha, Catarina Resende Rufino Filipe, Carlos António Rocha, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H00. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 5 – **Apreciação e Votação da Alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais e respetiva Tabela de Taxas;** -----

Foi dada a palavra ao Vice - Presidente da Câmara para explicar o documento, tendo este dado a palavra ao Vereador Marcos Ré: -----

1ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR MARCOS RÉ: Começa por referir que as alterações apresentadas advêm da necessidade de adaptação de um conjunto de situações, nomeadamente a possível aplicação do Decreto Lei 48/2011 de 1 de abril que institui o denominado Licenciamento Zero e da Portaria que institui o Balcão do Empreendedor. Entende ser um marco fundamental para a necessidade de serem contempladas a tabela de taxas e um conjunto de novos procedimentos consequentes da aplicação do Dec.Lei. -----

Realça como aspeto importante a captação de novas receitas, dando destaque aos novos critérios de ocupação de espaço público e publicidade e à projeção turística do nosso município. -----
-

Faz ainda referência à retirada de conceitos tais como ciclomotores e tratores agrícolas por já se encontrarem regulamentados como competência do IMTT. -----

Tendo em atenção ao referido, nomeadamente ao novo Dec.Lei n.º48/2011 de 1 de abril diz ter sido produzido o conceito de mera comunicação prévia e taxação relativamente à aplicação deste conceito, especialmente aos horários, à publicidade, aos estabelecimentos de restauração e bebidas, à ocupação de espaço público. Por outro lado, verificou-se a necessidade de captação de novas taxas aplicadas àqueles que utilizam a imagem do município para fins comerciais, como por exemplo o Farol da Barra e os Palheiros da Costa Nova, bem como àqueles que utilizam o espaço aéreo e o sub-solo público. Acrescenta que igualmente serão aplicadas taxas àquelas campanhas de publicidade que diariamente somos confrontados nas nossas caixas de correio. -----

Por fim, e no seguimento do Protocolo firmado com a Administração da Região Hidrográfica do Centro em que nos cede a jurisdição da gestão daquele espaço público e por isso ter-se-á igualmente de serem aplicadas taxas incluídas nas alterações do regulamento em discussão. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Afirma que o trabalho apresentado é meritório, nomeadamente quanto aos critérios e à definição dos valores a aplicar. Realça a importância das taxas aplicadas gratificando o trabalho efetuado. -

PAULO NORDESTE: Pergunta se o valor das receitas é significativo. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vereador Marcos Ré para responder às questões colocadas: -----

---2ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR MARCOS RÉ (RESPOSTA AOS MEMBROS): Explica que a

fundamentação deste e de outros regulamentos advém da colaboração e comparação com outras câmaras.

Responde ao membro Paulo Nordeste dizendo que a receita ainda não é totalmente significativa pois muitas das taxas enunciadas são novas. No entanto em relação às já existentes têm um valor significativo, visto que outras se encontram distribuídas nos mais diversos regulamentos do município. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições submeteu-se o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 6 - Apreciação e Votação da alteração dos Regulamentos Municipais de Ocupação do Espaço Público, Mobiliário Urbano e Publicidade; de Venda Ambulante e de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços; -----

Foi dada a palavra ao Vice - Presidente da Câmara para explicar o documento, tendo este dado a palavra ao Vereador Marcos Ré: -----

1ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR MARCOS RÉ: Reitera que o Dec.Lei n.º48/2011 de 1 de abril e a Portaria 131/2011 de 04 de abril que instruem o Licenciamento Zero, prevendo a sua aplicação para o dia 1 de maio exige a reorganização das definições de critérios e outros nos regulamentos mencionados. -----

Relativamente ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Mobiliário Urbano e Publicidade surgiu a necessidade de definir normas para a instrução de processos de licenciamento. Por outro lado no Regulamento da Venda Ambulante foi tido em conta novas realidades, como por exemplo o Jardim Oudinot no Forte da Barra aperfeiçoando normas, nomeadamente na venda de pescado, bem como a definição dos regimes de exceção. Por fim, o Regulamento de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, indica que a Câmara Municipal vai deixar de emitir horários desde que sejam cumpridas as normas básicas regulamentadas entre as 06H00 e as 00H00. Mais informa que foi inserido um conjunto de restrições aos horários, nomeadamente na definição de critérios para alargar e restringir horários àqueles estabelecimentos que infringiam, dando como exemplo ruído de "karaoke" que incomodam terceiros. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

----**FLOR AGOSTINHO:** Compreendendo que têm de ser aplicadas normas regulamentares, questiona se tem havido um aumento ou não de vendedores ambulantes no município. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vereador Marcos Ré para responder às questões colocadas: -----

---**2ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR MARCOS RÉ (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Responde ao membro Flor Agostinho que é aplicado a todos os vendedores ambulante no município, à exceção dos mercados e feiras que detém um próprio. No que respeita à aplicação de cartão de vendedor ambulante que é aplicado a todos tem havido um ligeiro acréscimo nos diversos mercados e feiras, nomeadamente a pessoas que anteriormente já venderam no município e que atualmente renovaram o cartão. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições submeteu-se o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 7 - Apreciação e Votação da alteração do Regulamento do Fórum Municipal da Juventude; -----

Foi dada a palavra ao Vice - Presidente da Câmara para explicar o documento, tendo este dado a palavra à Vereadora Beatriz Martins : -----

1ª INTERVENÇÃO DA VEREADORA BEATRIZ MARTINS: Explica que com o funcionamento dos Fóruns e dos seus pólos houve necessidade de atualizar algumas medidas, nomeadamente no empréstimo de livros ao domicílio que passa a remeter para o Regulamento Municipal da Biblioteca, atualização de horários e taxas de serviços prestados nestes estabelecimentos. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

----**EDUARDO CONDE:** Refere que os espaços de juventude são de grande importância para a juventude e o seu disciplinar de regras são fundamentais para a comunidade juvenil concordando com as alterações apresentadas. -----

FLOR AGOSTINHO: Concorda com a regulamentação de normas para dotar a pessoa responsável no espaço em causa efetuar a gestão e prestação de serviços correta. Questiona se a frequência dos jovens é ou não elevada. -----

ANTÓNIO PINHO: Concorda com a regulamentação dos serviços, mas entende que estes devam salvaguardar a divulgação aos seus utilizadores. -----

Em relação aos horários sugere que estes poderiam ser flexibilizados de forma a permitir um horário pós laboral a outros utilizadores. -----

Sugere que haja uma articulação destes espaços com as escolas no que respeita a frequência dos seus alunos, com vista a evitar abstinência escolar para frequentarem estes espaços. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra à Vereadora Beatriz Martins para responder às questões colocadas: -----

-----**2ª INTERVENÇÃO DA VEREADORA BEATRIZ MARTINS (RESPOSTA AOS MEMBROS):**
Começa por explicar que os horários foram adequados à realidade escolar que possibilita tardes livres aos alunos, os quais as ocupam frequentando estes espaços. -----

No que respeita à interligação com as escolas indica que esta existe, liderada pelos monitores destes espaços. -----

Termina dizendo que a frequência dos jovens a estes espaços é elevada e por esse motivo é de continuar a apostar nestes modelos. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições submeteu-se o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 8 - **Apreciação e Votação do Regulamento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Ílhavo - CROACI;** -----

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Explica que este regulamento é fruto da alteração à Lei 315/09 de 29 de outubro no que diz respeito à alteração da denominação do canil. Indica que as alterações apresentadas são fruto da experiência de oito anos de funcionamento do canil municipal. Realça que a sociedade mudou a forma como encaram os animais permitindo estas alterações, bem como a entrada de funções da nova veterinária municipal após a reforma do anterior veterinário. Nessa medida foram apresentados novos procedimentos de adoção, de tratamento de oscição e consequentemente as taxas aplicadas. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Questiona qual o período médio para o animal ficar no canil até à sua oscição. Realça a importância do canil para o município, visto que permite a adoção dos animais aqueles que assim o desejarem. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice - Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

-----**2ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Responde informando que no art.19 do referido regulamento menciona que o animal está um período mínimo de 8 dias para aquele que é apanhado em via pública e quinze dias para aquele que traga coleira. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 9 - **Apreciação e Votação do Regulamento do Programa Municipal de Apoio a Associações do Município de Ílhavo.** -----

Foi dada a palavra ao Vice - Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Relativamente a este regulamento explica que desde 1997 tem havido um relacionamento com as associações distinto do habitual que era a atribuição de subsídios pontuais. Assim desde a data referida foi implementado o modelo de protocolo de cooperação que criou uma relação ao mesmo nível de parceria entre ambos, de forma a discutir aquilo que a associação pretendem fazer no ano civil e qual o apoio da Câmara às atividades previstas. Indica que ao longo dos anos as relações foram evoluindo e permitindo assim uma maior transparência na distribuição de dinheiros públicos. Por isso e com base nesta experiência houve necessidade de criar um regulamento que dotasse uma maior objetividade. Aquando da inspeção da IGAL esta matéria foi abordada e reforçada. -----

Para a elaboração do referido regulamento informa que as associações foram consultadas para apresentarem os seus contributos. -----

Para terminar faz referência que a análise às candidaturas apresentadas pelas associações conforme critérios mencionados em regulamento são analisadas por uma comissão constituída por técnicos municipais. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

ANTÓNIO PINHO: Havendo necessidade de regulamentar os mais variados assuntos, comenta que quanto mais objetivo for o regulamento melhor a análise, visto envolver dinheiros públicos. -----

Dado o regulamento impor um prazo de dez dias para comunicar a realização da atividade antes do início da mesma, entende que este prazo possa ser curto para a gestão da associação. -----
--

FLOR AGOSTINHO: Constata que as associações do município já estão habituadas à apresentação de documentos para solicitar apoios municipais, nomeadamente relatórios de contas, plano de atividades e orçamentos. -----

Concorda com as várias etapas solicitadas para chegar ao acordo final, realçando que não é algo novo dado as associações já o fazerem. -----

HUGO COELHO: Começa por enaltecer todo o trabalho realizado pelas associações na sociedade local, nomeadamente as IPSS que principalmente em épocas de crise, como a atual, são o apoio das pessoas. Entende que a cooperação entre associações e Câmara Municipal traz oportunidade para que possam melhorar em termos de funcionamento como em ações diversificadas para as comunidades. -----
-

Especificamente sobre o Regulamento entende que é uma mais valia na medida em que traduz transparência e justiça ao processo. -----

PEDRO MARTINS: Demonstra que ficou com a ideia que este regulamento foi elaborado por imposição da IGAL e não por iniciativa da Câmara, no entanto diz ser salutar a apresentação no mesmo. -----

Indica que este regulamento irá permitir transparência na atribuição de subsídios pela imposição de critérios, o que facilitará a análise de externos. -----

Termina dizendo que por ser um regulamento novo dever-se-ia dar um ano de experiência permitindo monitorização do mesmo para os ajustes necessários que houver serem aplicados. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):
Explica que a Câmara Municipal trata as Associações por igual reconhecendo o seu trabalho contribuindo para o crescimento da sociedade. -----

Discorda do membro Pedro Martins informando que foi este executivo que tomou iniciativa em estabelecer acordos de cooperação com as associações do município no apoio de diversas ações previstas no seu

plano. -----

Explica que a solicitação de comunicação antecipada de 10 dias é referente a um pedido pontual de apoio a alguma ação que não estava prevista no plano de atividades. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições submeteu-se o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa informou que terminada a discussão da Ordem do Dia e como não havia público para intervir, deu por finda a reunião pelas 23H15 do dia. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR MAIORIA, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 15/06/12.